

CRECHE: DESENVOLVIMENTO OU SOBREVIVÊNCIA?

Ana Lucia Paes de Barros Pacheco¹

Universidade Estácio de Sá

Leila Dupret²

Universidade Estácio de Sá

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa, com 819 famílias, a respeito do serviço que é oferecido pelas creches do Programa Rio – Creches da Prefeitura do Rio de Janeiro. O objetivo da investigação foi fazer uma reflexão sobre o papel desta instituição, suas contribuições e limitações para a educação infantil. Os resultados alcançados enfatizam a relevância social da creche como referência institucional para o desenvolvimento infantil, em contraponto às necessidades meramente políticas e econômicas da sociedade.

Descritores: Creches. Desenvolvimento infantil.

O contexto aceito tradicionalmente para o cuidado e desenvolvimento da criança tem sido o ambiente familiar, onde ela é atendida pela mãe e/ou parentes. O aumento da participação feminina no mercado de trabalho, porém, tem contribuído para que, cada vez mais mulheres, das diversas camadas sociais, busquem diferentes tipos de ajuda no cuidado e educação de seus filhos.

1 Professora do Curso de Psicologia da Universidade Estácio de Sá. Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia - UFRJ. Endereço eletrônico: apacheco@openlink.com.br

2 Professora do Curso de Psicologia da Universidade Estácio de Sá. Doutora em Psicologia Social e da Personalidade, Instituto de Psicologia - UFRJ. Endereço eletrônico: leila.dupret@terra.com.br

Frente à necessidade das mulheres saírem de casa para trabalhar e, conseqüentemente, terem seu tempo de dedicação para os cuidados da casa e dos filhos reduzido, torna-se interessante pensar a creche como um lugar propício para o desenvolvimento da criança e uma opção para os cuidados dos filhos de mães trabalhadoras. Certamente, o surgimento da creche está ligado às transformações na sociedade, na organização da família, no papel social feminino e em suas respectivas repercussões, principalmente, no que se refere aos cuidados das crianças pequenas.

No início do século XX, acompanhando a tendência mundial de desenvolvimento do capitalismo, da crescente urbanização e da necessidade de reprodução da força de trabalho, as creches aparecem como fruto dos movimentos operários e da preocupação médico-sanitarista com as condições de vida das populações mais pobres. De fato, no Brasil, as creches surgem para contribuir na produção de seres capazes, higiênicos, nutridos e sem doenças. Em decorrência disso, as poucas creches criadas nesse momento situavam-se, sobretudo, nas vilas operárias e eram mantidas, principalmente, por entidades filantrópicas e, em menor número, pelo Estado. O trabalho desenvolvido nas creches era, fundamentalmente, assistencial. Segundo Oliveira, Mello, Vitória e Rossetti-Ferreira (1999), a preocupação era com a alimentação, higiene e segurança física das crianças. Um trabalho voltado para a educação e para o desenvolvimento da criança não era, nessa época, valorizado.

A partir da década de 1960, com a maior organização do proletariado e a crescente participação das mulheres, pertencentes às camadas médias da população na força de trabalho, novos elementos são trazidos à questão do atendimento a crianças em creches, conforme ressalta Oliveira (1988):

O crescimento do operariado, o começo de organização dos trabalhadores do campo para reivindicar melhores condições de trabalho, a incorporação crescente também de mulheres da classe média no mercado de trabalho e a redução dos espaços urbanos de brinquedo para as crianças, como os quintais e as ruas, fruto da especulação imobiliária, do agravamento do trânsito e da preocupação com a segurança, contribuíram para que a questão da creche fosse novamente defendida como instituição necessária a alguns segmentos sociais. (p. 48)

Entretanto, essas conquistas não aconteceram sem conflitos. A sociedade, de modo geral, e as mulheres, em particular, construíram um ideal de mulher, cujo papel principal seria o de promover e garantir o bem estar das crianças e da família. De fato, de acordo com Haddad (1989), a creche aparece à sombra de um padrão tradicional de família, que tem sido privilegiado pela guarda e educação da criança pequena. Portanto, o papel atribuído à família e à mulher no cuidado com as crianças tem sido elemento controlador de práticas e atitudes, individuais e públicas, em relação às creches. Segundo Codo e Mello (1995, p. 178), “a creche é o desaguadouro institucional desse conflito entre a produção de mercadorias, o trabalho remunerado e alienado e a criação de nossos filhos, *locus* incontestado dos nossos afetos e culpas”.

Para as mulheres da população de baixa renda que trabalham fora, a creche passou a ser essencial para a viabilização da dupla jornada de trabalho, ou seja, para a criação dos filhos e o ganho do sustento da família. Contudo, cabe ressaltar, que as creches públicas no país, dirigidas para atender às demandas das camadas mais pobres, de maneira geral, têm o seu funcionamento precário – com escassez de recursos, falta de infra-estrutura, despreparo de seus funcionários, entre outras coisas – e um interesse social orientado para o assistencialismo. As pessoas responsáveis pelo cuidado das crianças são, quase exclusivamente, mulheres com baixa qualificação profissional, dando a impressão de que o único requisito exigido, no caso, para cuidar das crianças, é ser mulher. Os cuidados com a promoção do bem-estar e do desenvolvimento infantil não são aspectos priorizados nessas creches. As atividades desenvolvidas são criadas, não a partir das necessidades e interesses das crianças, mas em função da maior facilidade, disposição e conforto do adulto. A creche é basicamente um lugar onde a criança dorme, come e brinca, enquanto a sua mãe trabalha. Ou seja, ela não é vista como um ambiente educativo valorizado, onde o acesso aos bens culturais deveria ser facilitado, oferecido e acessível a qualquer criança que dela fizesse parte (Bujes & Hoffmann, 1989; Pacheco et al., 2002; Rosemberg, Campos, & Pinto, 1985).

A idéia de que o meio familiar pode ser transportado para a creche é o que prevalece nas práticas desenvolvidas nas instituições voltadas para o atendimento de crianças pobres. Contudo, na transposição de um esquema

doméstico para o âmbito coletivo, é necessário observar que, se as tarefas são as mesmas, o tempo e o volume de trabalho são muito maiores. Essa idéia tem favorecido e colaborado para o surgimento de um modelo mecânico, como o único capaz de dar conta do maior número de tarefas possíveis de maneira rápida e eficiente por um número pequeno de pessoas. Isso porque, conforme ressalta Rossetti-Ferreira, Amorim, & Vitória (1997):

Na medida em que o objetivo da creche se coloca como assistência e guarda de crianças pobres, há uma tendência a se atender ao maior número de famílias, de uma maneira emergencial, sem garantia de alguns critérios mínimos da qualidade desse atendimento. (p. 117)

Em decorrência da adoção desse modelo mecânico, a função das creches públicas tem sido, prioritariamente, a de mediar a situação de miséria. Sua ação educativa e complementar à família foi relegada a segundo plano e, na maioria das vezes, abandonada. Acreditamos que a concepção de creche, quer pelos pais, quer por educadores e atendentes que dela participam, sustenta as práticas ali realizadas, interferindo, por extensão, no desenho das próprias políticas públicas. Assim, visões distorcidas e limitadas do papel social da creche acabam por manter os princípios do empobrecimento e não os do desenvolvimento para o cuidado das crianças.

Neste trabalho, a partir de uma pesquisa realizada em algumas favelas do Rio de Janeiro, com beneficiários do Programa Rio – Creches da Prefeitura, sobre a visão dos pais a respeito do serviço que é oferecido pelas creches, pretendemos apresentar uma reflexão sobre o papel social dessa instituição educativa e as suas contribuições e limitações para o desenvolvimento infantil.

Necessidades básicas do desenvolvimento humano

Na história da Psicologia, muitos autores têm se dedicado ao estudo do desenvolvimento. No caso específico deste trabalho, nossas reflexões estarão sendo feitas à luz de Vygotsky (1998), a partir de sua versão de *Psicologia*, definida como *ciência do desenvolvimento infantil*.

Para ele, o desenvolvimento tem uma *organização complexa no tempo*. *Organização complexa* porque está constituído por três grandes campos (se é que podemos assim configurar), que se encontram em constante interação, não sendo priorizado qualquer um deles, ou mesmo enfatizado alguma instância como mais pregnante. São eles: o dado *orgânico*, composto pelo que é biológico, fisiológico, neurológico; o dado *antropológico*, composto pelo que é histórico, social, cultural, político, econômico, financeiro, religioso; o dado *psicológico* propriamente dito, composto pelo que é consciente e inconsciente.

Quanto à noção de *tempo*, para completarmos a análise de sua concepção, Vygotsky tem como referência o princípio da *heterocronia*, ou seja, o tempo cronológico marcado pelo calendário não reflete o desenvolvimento infantil, porque ele se dá de modo desigual e não proporcional para as crianças. Em outras palavras, cada pessoa tem um ritmo próprio que conduz o desenvolvimento, o qual se traduz na síntese das interferências recíprocas dos existenciais humanos, que estruturam o ser.

Nessa perspectiva, também o que se pode chamar de *personalidade* encontra-se em desenvolvimento, participando do movimento desse processo, em que ocorrem mudanças a cada novo período de idade, marcado por diversas expressões que se sobressaem em diferentes ocasiões.

Ainda no que se refere à interferência do tempo no desenvolvimento infantil, as experiências passadas da criança orientam, influenciam, mas não subordinam o modo como as crianças vão agir no presente, senão, o próprio desenvolvimento não poderia criar novidades. Em síntese, a *pedologia*, tal como sugerida por Vygotsky, que alicerça as premissas sobre as quais estamos nos debruçando a fim de compor este trabalho, traz também para o estudo do desenvolvimento um outro olhar quanto à metodologia de análise do processo, da qual ressalta utilizar *unidades complexas* (Vygotsky, 1987) como escolha do foco de investigação científica, em detrimento de serem isolados cada um de seus constituintes para estudo.

O exemplo para ilustrar o que estamos dizendo pode ser comparado, ainda que de modo grosseiro, ao estudo da água. Se nós tomarmos como

foco de investigação sua molécula H_2O , será completamente diferente de se nos detivermos no H (hidrogênio) e no O (oxigênio), separadamente, porque em ambos estaremos mais perto do fogo (um produzindo – H – e o outro alimentando – O) do que da própria água.

A intenção do exemplo é mostrar, em última análise, que no bojo de sua proposta já podiam ser encontrados os primórdios *dos desafios da complexidade*, (conforme mencionados por autores como Balandier (1988), Morin (1996), Schnitman (1996) entre outros) que têm estado presentes nas discussões contemporâneas em Ciências Humanas e Sociais, e que a Psicologia não pode mais se furtar o direito de participar.

Uma outra contribuição importante trazida por essa perspectiva refere-se ao estudo de caso. Isto é, a análise longitudinal intracaso, junto com análises longitudinais intercasos, transformam-se no núcleo de pesquisa e não há possibilidade de se obter padrões de funcionamento ou desenvolvimento pautados em dados universais, porque ele se dá em contextos sócio-históricos (Vygotsky, 1995).

Retomando, então, o sujeito em sua *unidade complexa*, Vygotsky (1996) nos mostra que este interage com objetos disponíveis na cultura e com outros sujeitos. Quando a interação se dá entre sujeito e objeto, dependendo de como age o sujeito, o objeto pode ser transformado em instrumento psicológico, a partir do momento que passa a interferir em seus processos psicológicos superiores. Então, quando usamos, por exemplo, um pedaço de papel preso no anel para nos lembrar de alguma coisa, o papel desempenha uma outra função que não a sua tradicionalmente conhecida, para funcionar como um elemento que interfere em nossa memória, acionando o processo de lembrança, sem que tenhamos que nos esforçar, ou mesmo utilizar nossos próprios recursos mentais para lembrar. Assim, sai de sua condição de objeto, transformando-se em instrumento psicológico. A contribuição dessa abordagem para o nosso trabalho específico é possibilitar perceber tal transformação em sentido mais amplo, podendo ocorrer com a utilização de vários objetos que estão disponíveis para a criança.

Quando a relação é entre sujeitos, o outro participa do processo de desenvolvimento, conforme encontrado na definição do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal. Por Zona de Desenvolvimento Proximal entendemos a distância entre o que já fazemos sozinhos e aquilo que ainda não o fazemos, mas que se encontra próximo a ser realizado.

Segundo Vygotsky, (1988, p. 97) “a zona de desenvolvimento proximal provê psicólogos e educadores de um instrumento através do qual se pode entender o curso interno do desenvolvimento”. De fato, o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal permite visualizar com clareza e transparência o “lugar” em que o outro sujeito pode interferir no processo de desenvolvimento. Além disso, como tal participação se dá sob a forma de estimular o potencial, não se tem meios de prever o que pode acontecer, isto é, respostas não esperadas podem aflorar, o que permite vislumbrar o aparecimento do que é inédito, inesperado, imprevisível, fortuito. Em uma palavra, a criatividade. Assim, é possível perceber a passagem ao ato de construir a partir da interação entre sujeitos, o que muda o sentido de análises tradicionais que só concebiam ações do sujeito sobre o objeto.

Dito de outro modo, a ciência tradicional que tinha como modelo para suas explicações a relação sujeito-objeto, encontra-se desafiada a admitir como um outro modelo explicativo a relação sujeito-sujeito, sem poder reduzir um ao outro. Ou seja, entender o sujeito enquanto tal, dotado de propriedades e especificidades que os objetos não possuem, tais como expressões de sentimentos, comunicações orais e gestuais que transcendem significados compartilhados, pois são decodificadas com sentidos particulares aos momentos vivenciais de quem delas participa. Em resumo, considerar o que caracteriza um sujeito e o distingue de qualquer objeto, compreender a possibilidade desse modelo pertencer às Ciências Humanas e Sociais, sendo usado com o rigor que é exigido pela investigação científica.

Ainda no que tange a relação entre sujeitos, encontramos na proposta de Berger e Luckmann (1985) a abordagem sócio-antropológica sobre os processos de *socialização primária e secundária*, que se afinam com a perspectiva que tem norteado nosso trabalho. Para os autores, a eleição de um

outro significativo como *modelo* a ser seguido é o ponto chave de todo processo de socialização. Cabe ressaltar, entretanto, que essa postura não é equivalente à noção de “espelho” porque não é da imagem refletida que se fala, mas sim, de um mecanismo de identificação, conforme pode ser constatado na literatura correspondente.

Assim, o processo de socialização está sustentado pela relação entre sujeitos, em que, ao estar presente no ambiente social, a criança elege um *outro significativo*, a partir do vínculo de afeto estabelecido entre ambos, sem ter consciência disto. Essa referência passa a ser o fio condutor de suas ações e compreensões sobre si mesma e é denominada de *socialização primária*, entendendo que esse *outro significativo* foi escolhido entre as pessoas que compõem o seu meio familiar, ou mesmo o quadro de sua maternagem.

Com o decorrer do tempo e suas experiências em ambientes distintos do familiar, o sujeito tem a possibilidade de eleger outros *outros significativos*, em razão de estabelecer vínculos de afeto tão intensos quanto aos que pertencem ao ambiente familiar proximal. Desse modo, admite novos modelos a serem seguidos por se sentir identificado com eles, mesmo que não tenha consciência do que lhe acontece. Nesse momento, deparamo-nos com o processo de *socialização secundária*, no qual outras figuras podem assumir um papel tão importante quanto o dos pais, pois o que representam está valorizado psicologicamente.

O momento em que a criança passa a ir para a creche está marcado pelo instante da separação da família e, daí para frente, o tempo que ficará distante dela. Nesse sentido, a creche representa um espaço privilegiado para oferecer à criança oportunidades e alternativas que estimulem suas potencialidades, já que ela (criança) estará em interação constante com outros sujeitos que interferirão em seu desenvolvimento.

Assim, os profissionais ligados à creche devem compreender a importância e amplitude de seu papel no desenvolvimento das crianças usuárias desse serviço. Acreditamos que, principalmente, em contextos de condições precárias de vida, a creche se torna fundamental no rompimento das práticas mantenedoras da exclusão social.

O papel social da creche

O conhecimento que os pais têm do que deve ser oferecido pela creche, ou seja, a consciência do papel social dessa instituição educativa, é extremamente importante, pois esta compreensão, provavelmente, corresponderá às suas expectativas de atendimento e, conseqüentemente, à satisfação com esse serviço. Alguns estudos têm mostrado que, muito freqüentemente, as famílias pobres não têm clareza de qual deve ser o papel desempenhado pela creche junto à criança e à sociedade, até porque essa visão depende de uma concepção de desenvolvimento infantil, de criança e de educação. Nesse sentido, segundo Piotto et al. (1998, p. 54), “é necessário que se informe melhor aos pais, para que eles possam tornar-se mais exigentes em relação aos serviços oferecidos aos seus filhos”.

Nesse sentido, com o propósito de conhecer a visão e as expectativas dos pais a respeito dos serviços oferecidos pelas creches, foram realizadas 819 entrevistas, com famílias beneficiárias do Programa Rio-Creches, escolhidas aleatoriamente, moradoras em comunidades pobres (na maioria, favelas), cujas condições de moradia e acesso aos serviços públicos eram bastante precários. Foi utilizado um questionário fechado abordando as opiniões dos familiares a respeito de diferentes aspectos das condições de serviços da creche, tais como: atividades realizadas, relacionamento educador-criança, equipamento, condições de limpeza, tempo de permanência da criança e o motivo para o ingresso da criança. As famílias foram entrevistadas na creche, no horário de saída das crianças.

Os resultados encontrados em nossa pesquisa revelam que a visão que os pais têm da creche ainda é assistencialista-custodial. As famílias entrevistadas, em sua grande maioria (97%), se mostraram satisfeitas com os serviços da creche. Todos os aspectos referentes às condições de serviço – limpeza, infra-estrutura, equipamentos, alimentação – são percebidos como adequados e atendendo aos interesses dos pais. Esse resultado surpreende quando consideramos a realidade das creches públicas do país, descritas em diversos estudos como bastante precária e ineficientes. A questão que surge,

a partir desse resultado, diz respeito ao que as famílias esperam que seja oferecido. Acreditamos que a opinião expressa por elas está ligada, provavelmente, à sua compreensão de creche como extensão do trato familiar, e não como um local que estimula o desenvolvimento infantil. O que, possivelmente, justifique o fato do resultado encontrado ter sido tão favorável.

O principal motivo alegado pela família para ter matriculado o filho na creche é em razão da inserção da mãe no mercado de trabalho (76,3%). Essa escolha tende a levar muito mais em consideração uma questão social de sobrevivência – atendimento às crianças cujos pais não têm condições de cuidar delas em casa –, do que as necessidades de desenvolvimento da própria criança. Apenas 7,6% dos pais disseram ter colocado seu filho na creche porque era bom para a criança. Cabe ressaltar que 84,7% das crianças cujos pais foram entrevistados permanecem na creche de 9 a 11 horas por dia. Esse período parece corresponder, exatamente, ao afastamento da mãe do lar, em função de uma jornada regular de 8 horas de trabalho por dia. Apesar de essas mães trabalhadoras colocarem seus filhos na creche, elas acreditam que a mãe é a pessoa mais indicada para cuidar de seus próprios bebês e/ou a creche não é o melhor lugar para as crianças.

Quanto à decisão pelo ingresso da criança na creche, no grupo entrevistado, ela parte predominantemente das mulheres – mães e avós – (82,8%); em primeiro lugar, da mãe (77,1%), em segundo lugar, do pai (13,6%). Além disso, na maior parte das vezes (58,3%), é responsabilidade também da mulher levar e buscar seus filhos na creche. De fato, os cuidados com as crianças e as decisões decorrentes deles revelam ser, sobretudo nas famílias estudadas, responsabilidade das mulheres.

Quanto aos objetivos da creche, as ações ensinar e educar são bastante enfatizadas pelas famílias (19,9% e 18,6%, respectivamente) e, conjuntamente, concentram a maioria das respostas; entretanto, aspectos como carinho, alimentação e cuidados aparecem também bastantes valorizados (46,8%) e, se tomados em conjunto, são mais desejáveis do que a educação. Para elas, a creche funciona como apêndice da família, continuando o trabalho que já vêm fazendo.

As famílias entrevistadas, em sua maioria, relataram que a sua interação e seu relacionamento com a creche é adequado, ou seja, conhecem e participam das atividades oferecidas pela creche e mantêm com ela uma comunicação freqüente. É claro que é fundamental que entre a família e a creche exista uma interação, que as tarefas realizadas com as crianças sejam conhecidas e que os convites institucionais para a participação em atividades sejam atendidos pela família. Contudo, embora a comunicação seja freqüente, ela permanece no nível da informação, e não existe uma real integração creche-família; tampouco ocorre um espaço onde trocas possam acontecer, onde dúvidas, inquietações, insatisfações e sugestões tenham lugar para serem expostas, discutidas e reavaliadas.

Quanto ao tratamento dispensado pelos educadores às crianças, os pais, em geral, mostraram-se bastante satisfeitos com ele, considerando-o como sendo afetuoso e atencioso. Em relação à percepção dos pais quanto às mudanças da criança após seu ingresso na creche, a mais freqüente observada foi “ficar mais esperto”, seguida de “falar melhor” e “brincar melhor”. Praticamente, todos os pais perceberam melhorias no desenvolvimento de seus filhos, após o ingresso na creche, além de relatarem não terem tido problemas com o filho na instituição. Isso, porém, deve ser analisado mais cautelosamente, pois devemos considerar que, nessa época, as aquisições e transformações das crianças são rápidas e variadas. Dessa forma, as mudanças percebidas podem ser relativas, ou ao instrumental oferecido pela creche e às vivências tidas nesse contexto, ou apenas fruto das diferentes inserções e intervenções destes indivíduos na sociedade da qual a creche faz parte.

Na verdade, as relações interpessoais estabelecidas com a criança e membros do corpo técnico e pedagógico da creche são essenciais, uma vez que o relacionamento dos profissionais que trabalham na creche com a criança, o tipo de tratamento que lhe é dado podem ser fontes de estimulações de potencialidades, se estiverem voltados para esse fim. Sem dúvida, os equipamentos, o espaço físico e as dependências de que dispõe uma creche, além do planejamento nutricional e as condições de limpeza, são elementos indispensáveis para um bom atendimento. Tais aspectos, porém, não podem ser pensados isoladamente. Os equipamentos devem ser considerados de

forma dinâmica, ou seja, se existem em número suficiente, se estão em bom estado, de que modo estão sendo utilizados e com qual objetivo.

Considerações Finais

Esses resultados, mais do que trazerem conclusões, nos levam a algumas reflexões. Talvez para essas famílias, um espaço que mantenha as crianças fora da violência urbana e local, além de bem alimentadas e bem cuidadas, seja suficiente para atender às suas necessidades mais imediatas, especialmente as da mãe trabalhadora: não poder permanecer em casa e não ter com quem, nem onde deixar as crianças.

Mesmo que a creche atenda às necessidades da família em termos da disponibilidade de seu tempo, é imprescindível que se esteja atento para o que a criança está sentindo e como são utilizadas e preenchidas essas longas horas de afastamento familiar e permanência na creche.

Obviamente, a creche minimiza a despesa familiar porque contribui com a alimentação infantil; todavia, ela deve garantir outros atendimentos favoráveis ao bem-estar pessoal e social da criança e não somente fornecer condições de sobrevivência.

Entretanto, para que isso ocorra, talvez seja necessário que tanto a visão dos pais como as dos educadores sobre o que deve ser realizado, oferecido e atendido por uma creche se transforme e amplie.

A possibilidade de a criança estar em contato com outras pessoas – adultos e crianças – que estimulem suas potencialidades, de ser atendida com carinho e atenção e de receber subsídios que propiciem seu desenvolvimento, se configura como fundamental para o trabalho realizado em qualquer creche e para as famílias e crianças que se utilizam desse serviço.

A creche, embora tenha sido criada fundamentalmente para atender às necessidades políticas e econômicas da sociedade, pode ser um ambiente educativo valorizado, onde o acesso aos bens culturais seja facilitado e oferecido à criança, estimulando o seu desenvolvimento, respeitando a sua dignidade, alteridade e os seus direitos de cidadã.

Creche: Desenvolvimento ou Sobrevivência?

Pacheco, A. L. P. B. & Dupret, L. (2004). Day nursery: development or survival? *Psicologia USP*, 15(3), 103-116.

Abstract: This paper presents the results of a research of the service offered by the day nursery belonging to the Rio-Creches Program of the Municipality of Rio de Janeiro, comprising 819 families. The scope of the investigation was to reflect on the role of this institution, its contributions and limitations for the child education. The results emphasize the day nursery social relevance as institutional reference for the child development, in contrast to the merely economic and political needs of the society.

Index terms: Child day care. Childhood development.

Pacheco, A. L. P. B. & Dupret, L. (2004). Crèches: Développement ou survivance?. *Psicologia USP*, 15(3), 103-116.

Résumé: Cet article présente les résultats d'une recherche sur le service de crèche de Programme Rio-Crèche de la Préfecture du Rio de Janeiro, offert à 819 familles. L'objectif de l'investigation est de réfléchir sur le rôle de cette institution, ses contributions et limitations pour l'éducation infantile. Les résultats obtenus enfatizent l'importance social de la crèche comme une référence institutionnelle pour le développement de l'enfance, au-delà des initiatives seulement politiques et économiques des organismes de la société.

Mots clés: Crèches. Développement infantil.

Referências

- Balandier, G. (1988). *Le désordre: éloge du mouvement*. Paris: Fayard.
- Berger, P., & Luckmann, T. (1985). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bujes, M. I. E., & Hoffmann, J. (1989). *A creche à espera do pedagógico*. Porto Alegre: UFRGS; INEP.
- Codo, W., & Mello, A. M. de A. (1995). Relações creche-família. In W. Codo & J. J. C. Sampaio, *Sofrimento psíquico nas organizações: saúde mental e trabalho* (pp. 174-184). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Haddad, L. (1989). Creche: reflexões sobre uma trajetória. In A. O. Costa & C. Bruschini, C., *Rebelião e submissão: estudos sobre condição feminina* (101-120). São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora Revista dos Tribunais.
- Morin, E. (1996). *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- Oliveira, Z. M. R., Mello, A. M., Vitória, T., & Rossetti-Ferreira, M. C. (1999). *Creches: crianças, faz de conta & cia* (7a ed.). Petrópolis, RS: Vozes.
- Oliveira, Z. M. R. (1988). A creches no Brasil: mapeamento de uma trajetória. *Revista Faculdade de Educação*, 14(1), 43-52..
- Pacheco, A. L. P. B., Pelegrino, H. L. T., Vivas, L. L. A., Gomes, M. D., Dellamora, M. R., & Rezende, R. A. (2002). Avaliação dos serviços oferecidos às crianças de 0 a 6 anos: relato de uma experiência. *Resumos de Comunicações Científicas*, XXXII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia. Florianópolis.
- Piotto, D.C., Chaguri, A. C., Mello, A. M., Silva, A. P. S., Eltink, C., Yazlle, C. H. et al. (1998). Promoção da qualidade e avaliação na educação infantil: uma experiência. *Cadernos de Pesquisa*, (105), 52-77.
- Rosemberg, F., Campos, M. M., & Pinto, R. P. (1985). *Creches e pré-escolas*. São Paulo: Nobel.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Amorim, K., & Vitória, T. (1997). Integração família e creche – o acolhimento é o princípio de tudo. *Estudos em Saúde Mental*, 109-131.
- Schnitman, D. F. (1996). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Van Der Veer, R., & Valsiner, J.(1996). *Vygotsky: uma síntese*. São Paulo: Loyola.
- Vygotsky, L. S. (1987). *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (1988). *Formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (1995). *Fundamentos de defectologia*. Ciudad de la Habana, Cuba: Editorial Pueblo y Educación.
- Vygotsky, L. S. (1996). *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (1998). *O desenvolvimento psicológico na infância*. São Paulo: Martins Fontes.

Recebido em 30.04.2004
Aceito em 20.09.2004